

PA2
16 FEV 1995

Ilações perigosas ESTADO DE SÃO PAULO



**Antes de
condenar o
Congresso,
tratemos, isso
sim, de
aprimorá-lo**

Quanto custa um Congresso funcionando? Uma fortuna! E um Congresso fechado? Nada, somente a democracia...

1963 como 1936 representam anos decisivos para a democracia brasileira. Em ambas as épocas, em meio a todos os acirrados debates ideológicos que dividiam o teatro político, havia um estranho consenso em relação a um aspecto: tanto os líderes de esquerda como os de direita defendiam o fechamento do Congresso, uma vez que ele constituía sério entrave à implantação das profundas reformas que defendiam para o País. Largos setores da imprensa, involuntariamente, colaboravam, atizando a opinião pública pela publicação, em destaque, dos vícios e regalias dos parlamentares.

Em meados da década dos 30, tanto os comunistas como os integralistas (fascistas à brasileira), descrentes da "coragem cívica" dos membros do Parlamento para promover as "reformas urgentes", tentaram os seus golpes de Estado. Resultado: já que havia "consenso", Getúlio Vargas fechou o "perverso" Congresso, rasgou a Constituição e passou a governar por meio do seu livre arbítrio. Para quê Legislativo, se o próprio presidente podia substituí-lo, legislando por decretos-leis? De 1937 até 1945 durou o famigerado "Estado Novo", uma ditadura cruel que suprimiu todos os direitos do cidadão, prendeu, torturou e matou.

Em 1963, fatos semelhantes se

sucederam. Próceres da esquerda, como o deputado Leonel Brizola (o mais votado do Brasil), defendiam abertamente o fechamento do Congresso, já que este era composto por "forças conservadoras" que impediam as "reformas de base", tão urgentes para a Nação. A direita, por seu lado, defendia a mesma coisa, uma vez que o Congresso era formado por um bando de "corruptos, fisiológicos e demagogos", fator im-

peditivo para a promoção das necessárias reformas para instituir no Brasil "um sistema político e econômico moderno". O prestígio do Congresso desceu a níveis tão baixos que, quando os militares tomaram o poder, castraram quase todas as suas prerrogativas, além de cassar o mandato de dezenas de seus membros, nenhuma voz se levantou para reclamar. O regime militar, avocando um tal de "direito revolucionário", legislou em nome do Congresso durante 20 anos. Embora o mantivesse aberto, ele não era mais do que uma figura decorativa e homólogo. O AI-5 permitia ao Executivo cassar sumariamente o mandato de qualquer parlamentar mais exaltado que ousasse criticar o regime.

Agora, em fevereiro de 1995, tomaram posse os membros da 50ª legislatura, ou 39ª da República, com uma renovação de 57% dos membros da Câmara dos Deputados. Setores da imprensa proclamam que "tão alto índice" é uma clara manifestação da insatisfação

popular. Esquecem-se de que, em 1990, a taxa foi de 62% e em 1986, de 63%, ficando o recorde com as eleições de 1950, com 70,7% de renovação. O percentual de votos em branco e nulos para cargos legislativos não é diferente do da eleição passada, mas, enfim, o que vale não é o fato, e sim a versão. Esta nova legislatura, apesar de ainda virgem, já nasceu sob o estigma do desprestígio.

Embora o Congresso possua seus vícios, é por demais simplista dividir a população em duas categorias distintas: os cidadãos, honestos, patriotas e trabalhadores, e os "políticos", corruptos, egoístas e preguiçosos. Aliás, no meu primeiro mandato tive a oportunidade de conhecer colegas das mais variadas profissões, desde advogados (163), professores, engenheiros e médicos, até caminhoneiro, teatrólogo, dona de casa e vigilante noturno. São pessoas de bom ou mau caráter, idealistas ou fisiológicos, honestos e desonestos, atuantes ou omissos. Só não encontrei um tipo de parlamentar: o que não foi eleito.

Ora, a opinião pública acusa os parlamentares, em geral, de se preocuparem mais com os seus amigos, sua cidade ou sua categoria profissional do que com os destinos da Nação. Curiosamente se esquece de que, na condição de eleitores, a maioria escolheu candidatos justamente por esses critérios: a amizade, a conterraneidade ou a afinidade profissional. E espera que o candidato, uma vez eleito, trabalhe pelos amigos, pela cidade ou pela categoria.

Os parlamentares, por sua vez, se queixam de sua impotência perante o Executivo e mesmo frente à própria Casa Legislativa. Ora culpam os excessivos poderes

concentrados nas mãos do presidente da Câmara, ora culpam o despotismo do "colégio de líderes", ora despejam seus raios sobre o rolo compressor do Executivo. Ao perceberem que não têm nenhuma participação no processo decisório, acabam optando pelo absenteísmo, o que só serve para reforçar o poder daqueles que condenam.

Urge encontrar fórmulas para aumentar concomitantemente a participação e a responsabilidade dos parlamentares. Embora em todos os países, tanto presidente da Mesa como o colégio de líderes detenham inúmeros poderes, é costume destes últimos reunir ao menos semanalmente suas bancadas, expor os temas em pauta e defender no "colégio" a posição de sua maioria.

Em países presidencialistas democráticos, o melhor exemplo são os EUA. O Executivo não tem sequer a prerrogativa de encaminhar projetos de lei. Se o quiser, tem de fazê-lo solicitando a intervenção de um parlamentar. No Brasil, ao contrário, cultivou-se o vício de legislar sempre por medidas provisórias. O resultado é que, no Congresso americano, 75% das leis aprovadas têm origem no próprio Legislativo, enquanto no Brasil a possibilidade de um projeto de lei de um parlamentar ao menos chegar a ser votado em plenário é praticamente nula.

A opinião pública deve tomar conhecimento destes fatos. Uma democracia forte pressupõe uma oposição forte. Antes de condenar o Congresso, tratemos, isso sim, de aprimorá-lo...

■ João Mellão Neto, jornalista, é deputado federal (PL-SP)